

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA FORMAÇÃO DOS DISCENTES DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UFERSA

Thiara Fernanda Rodrigues Nunes¹, Thaiseany de Freitas Rêgo², Caritsa Scartaty Moreira³

Resumo

O estudo objetiva analisar como a Educação Ambiental (EA) é abordada no curso de graduação em Ciências Contábeis, da Universidade Federal Rural do Semi-árido (UFERSA) e pela própria instituição. Para tanto, procedeu-se com a análise de conteúdo de documentos institucionais, tais como: Projeto Pedagógico Institucional (PPI), Plano de Gestão de Logística Sustentável (PGLS), Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projeto Pedagógico de Curso (PPC). Tudo isso, considerando as orientações quanto a inserção da Educação Ambiental na Formação de nível superior, como preconiza a Lei n.º 9.795/1999 e a Resolução CNE/CP n.º 2/2012, que dispõem sobre a EA e as diretrizes para implementação da EA, respectivamente. Ao proceder com a análise dos referidos documentos, nota-se que há uma desarticulação entre os mesmos, quando se destaca a inserção da EA no planejamento das ações desenvolvidas pela instituição junto ao corpo discente, docente e técnico. No que concerne as ações de pesquisa e extensão, promovidas pela instituição, os dados indicam que a temática é abordada de forma transversal a área Contábil e se alinham muito mais aos princípios e objetivos da EA, do que a organização curricular dos cursos de graduação. Quando se avalia o curso objeto de análise, nota-se que o PPC está parcialmente desalinhado com o que preceitua as normas vigentes quanto a EA, apesar do conteúdo programático de algumas disciplinas abordarem a EA como sinônimo de sustentabilidade organizacional: “Auditoria ambiental e ecologia”, “Contabilidade ambiental e responsabilidade social”, “Direito ambiental” e “Gestão ambiental”.

Palavras-Chave: Formação em Contabilidade; Educação ambiental; Meio ambiente.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Ambiental (EA) defende a ideia de que o desenvolvimento de um mundo sustentável passa pela formação e preparação dos indivíduos para interagir adequadamente com o meio ambiente (BARBIERI; SILVA, 2011). Nesse contexto, o processo de conscientização, construído junto aos indivíduos, tende a direcionar ou redirecionar suas ações e relações com a natureza. Para Barbieri e Silva (2011) a EA pode ser compreendida como um caminho capaz de garantir a sustentabilidade empresarial, ambiental e social, ao mesmo tempo em que potencializa o desenvolvimento de atitudes que garantem a qualidade de vida dos indivíduos.

Quando se destaca a EA dentro das organizações, o foco tende a ser redirecionado para a sustentabilidade organizacional, ou seja, Educação para a Sustentabilidade (EpS), que se preocupa muito mais em maximizar o lucro e garantir condições futuras de interação com o meio ambiente, do que em defendê-lo em sua plenitude (JACOBI, 2003). Nesse contexto, Roos e Becker (2012) destacam que a mesma deve ser direcionada para a

¹ Bacharelanda em Ciências Contábeis da UFERSA.

² Professora Adjunta II da UFERSA, Doutora em Administração pela PUC-PR.

³ Professora substituta da UFERSA, Mestranda em Ciências Contábeis pela UFRN.

formação de indivíduos aptos para a solucionar conflitos que envolvam a sustentabilidade empresarial e a preservação ambiental. Em se tratando da formação na área Contábil, Ribeiro, Nascimento e Bellen (2010), apontam que a mesma deve ir além da transmissão de conhecimento sobre escrituração, uma vez que os profissionais da área precisam ter parâmetros adequados para o reconhecimento, mensuração e evidenciação das interações das organizações com o meio.

Via de regra, cabe frisar que a promoção da EA se fundamenta na Lei n.º 9.795/1999 e na Resolução CNE/CP n.º 2/2012, que apontam a sua inclusão no processo formativo do indivíduo, considerando a disposição sobre a EA em si e a Política Nacional da EA, e as diretrizes curriculares a serem observadas na implementação da EA. Nessa perspectiva, Jacobi (2003) reforça que a mesma precisa ser apresentada e desenvolvida em todos os estágios de aprendizagem do indivíduo, ou sejam, desde os primeiros contatos de uma criança com o meio até a sua formação em nível superior, de modo a promover a construção de valores, conhecimentos e habilidades voltados a preservação ambiental. Logo, o presente estudo se propõe a responder seguinte questão de pesquisa: **“Como a Educação ambiental é abordada no curso de graduação em Ciências contábeis, da Universidade Federal Rural do Semi-árido e pela própria instituição?”**

Considerando os pontos enumerados, o estudo objetiva analisar como a Educação Ambiental é abordada no curso de graduação em Ciências Contábeis, da Universidade Federal Rural do Semi-árido (UFERSA) e pela própria instituição. Para tanto, tem-se como objetivos específicos: constatar o que está previsto no Projeto Pedagógico Institucional (PPI), Plano de Gestão de Logística Sustentável (PGLS) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projeto Pedagógico de Curso (PPC), quanto a EA. Ademais, cumpre verificar se a proposta formativa da instituição e do curso atendem as diretrizes previstas na Resolução CNE/CP n.º 2/2012.

O presente estudo fundamenta-se na lógica abordada por Barbieri (2004), Calixto (2006), Tauchen e Brandli (2006), Teixeira e Teixeira (2006), Santos (2007), Machado e Casa Nova (2008), Galvão e Tenório (2009), Gonçalves-Dias et al. (2009), Ribeiro, Nascimento e Bellen (2010), Luiz et al. (2013), Vieira e Echeverria (2013), Brandalise et al. (2014), Munaretto e Busanello (2014), Pase et al. (2014), Silva et al. (2014) e Petarrnella, Silveira e Machado (2016), quanto a inserção da EA, mas considera o curso de Ciências Contábeis da UFERSA como objeto de análise. Também destaca que a EA é essencial para o processo formativo dos indivíduos que atuam na área de negócios e reconhece que a eficiência no uso dos recursos ambientais só é possível quando se conhece as interações da organização com o meio (RIBEIRO; NASCIMENTO; BELLEN, 2010). Nesse contexto, destaca-se que a Lei n.º 9.795/1999 e a Resolução CNE/CP n.º 2/2012, apontam a EA como um fator essencial para a formação do indivíduo e o estabelecimento de relações saudáveis com o meio ambiente.

Em termos práticos, o estudo permite avaliar como o curso insere a EA no processo formativo dos discentes, criando um clima de conscientização e responsabilidade com o meio ambiente. Ademais, destaca como as normas que afetam o processo formativo é compreendida e implementada pela instituição e pelo curso. A análise cuidadosa do PPI, PGLS, PDI e PPC, também permite identificar qual o nível de amadurecimento da instituição e do curso ao incluir a questão ambiental no processo formativo.

2 FORMAÇÃO EM CONTABILIDADE

Schmidt e Santos (2000) destacam que as práticas contábeis se manifestaram, de forma rudimentar, antes mesmo do homem desenvolver a civilidade ou conhecer os números, sendo esse conhecimento resultado da necessidade de inventariar. Quando se trata do Ensino comercial e da Contabilidade no Brasil, cabe reportar-se ao século XIX, com a vinda da Família Real Portuguesa, em 1808 (PELEIAS, 2006). No entanto, para

compreender o atual contexto do Ensino em Contabilidade no Brasil, cabe apresentar uma retrospectiva histórica, como disposto no Quadro 1.

Quadro 1: Retrospectiva histórica do Ensino em Contabilidade, no Brasil

Norma	Objetivo
Decreto federal n.º 1.339/1905	Declara instituição de utilidade publica a Academia de Commercio do Rio de Janeiro, reconhece os diplomas por ela conferidos, como de caráter oficial; e dá outras providencias.
Decreto n.º 20.158/1931	Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências.
Decreto-lei n.º 7.988/1945	Dispõe sobre o ensino superior de Ciências Econômicas e de Ciências Contábeis e Atuariais.
Decreto-lei n.º 9.295/1946	Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Guarda-livros, e dá outras providências.
Decreto n.º 1.401/1951	Inclui, no curso de ciências econômicas, a cadeira de História Econômica Geral e do Brasil, e desdobra o curso de ciências contábeis e atuariais.
Resolução CNE/CES n.º 10/2004	Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências.

Fonte: Dados da pesquisa.

Paralelamente as mudanças ocorridas no processo formativo da Contabilidade, também foram promulgadas normativas direcionadas as atividades exercidas pelos profissionais da área Contábil, em especial a Lei n.º 4.320/1964, Lei n.º 6.404/1976, Lei n.º 6.385/1976 e alterações posteriores (BUGARIM; OLIVEIRA, 2014). Nesse contexto, Peleias (2006) destaca que os cursos de graduação devem acompanhar as mudanças ocorridas no ambiente profissional, de modo a formar indivíduos efetivamente preparados para a atuação e com todas as habilidades e competências necessárias para a resolução de situações-problema. Para Ott e Pires (2010) a construção de uma matriz curricular, capaz de direcionar a formação de um perfil profissional adequado, como disposto no Quadro 2, deve reunir conteúdos diversos, que garantam o desenvolvimento de habilidades e competências compatíveis com a atuação, seja ela de Contador, Auditor, Perito, Consultor, dentre outras.

Quadro 2: Proposta curricular e o perfil desejado ao egresso

Proposta curricular	Perfil desejado ao egresso
Carneiro (2017)	Atender a demanda de mercado regional.
Resolução CNE/CSE n.º 10/2004	Formação básica, profissional, teórica e prática, direcionadas a resolução de situações-problemas.
Organização das Nações Unidas (ONU, 1998)	Formação de alto nível, que reflitam a heterogeneidade das demandas sociais.

Fonte: Dados da pesquisa.

Quando se destaca o perfil desejado e o atendimento das propostas curriculares, Pinheiro et al. (2015) apontam que as instituições e os docentes têm dificuldade em atendê-los em sua plenitude, em razão das limitações de espaço físico e recursos disponíveis, para promover uma formação que atenda as demandas regionais e globais. Nesse contexto, Machado e Casa Nova (2008) comentam que o atendimento de pelo menos um dos perfis, requer o uso de ferramentas capazes de aproximar o discente em formação, do campo de atuação do contador. Isso, porque, o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa ou extensão, que promovam a prática profissional, são essenciais para o desenvolvimento das habilidades e competências requeridas para o campo de atuação, ao mesmo tempo em que se refletem no desempenho das instituições de ensino no Exame de Suficiência do

Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) (SILVA; RÊGO, 2014; SILVA; MIRANDA; PEREIRA, 2017).

Em se tratando da promoção da prática e do alinhamento entre o que se discute em sala de aula e as demandas do ambiente de atuação do Contador, a Resolução CNE/CSE n.º 10/2014 e a Proposta da Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC), apresentada por Carneiro et al. (2017) destacam a promoção do “Estágio curricular supervisionado” como um mecanismo capaz de aproximar esses ambientes. Nesse contexto, dentre as formas implementadas pelas instituições, para garantir esse tipo de formação, tem-se observado o estágio curricular obrigatório ou não obrigatório, bem como a inserção de componentes curriculares que promovem a prática contábil, com o uso de laboratórios que disponibilizem, as atividades de ensino, o acesso a sistemas profissionais para o registro de eventos e emissão de relatórios (PINHEIRO et al., 2014). Logo, compreende-se que as instituições podem definir o perfil que deseja formar, com base nas propostas curriculares existentes e que para se alinhar as demandas do ambiente, a implementação de estágios e disciplinas de prática são essenciais.

As propostas curriculares do MEC, disposta na Resolução CNE/CSE n.º 10/2014, e da ONU, não destacam a EA e a relação com o meio ambiente, como pontos prioritários no estudo das Ciências contábeis. No entanto, a proposta emitida pela FBC denota certa preocupação com as relações com o ambiente natural, ao tratar sobre a responsabilidade socioambiental como um critério a ser considerado na atividade de gestão (CARNEIRO, 2009). Para Carneiro et al. (2008) essa questão precisa ser levantada em razão de demonstrar a relação da organização com o ambiente natural e destacar as interações com o meio ambiente como uma oportunidade de negócio. De forma complementar, Calixto (2006) destaca que é por meio do ensino teórico e prático da EA, que os profissionais da área Contábil têm condições de incluir a variável ambiental em suas interações com as organizações.

2.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL (EA)

A Lei n.º 9.795/1999 define a EA como um processo no qual os indivíduos são preparados para construir saberes e atitudes que estão direcionados tanto para a sustentabilidade como para a qualidade de vida da coletividade. Para Barbieri e Silva (2011) a EA está associada diretamente a promoção de práticas vinculadas a gestão e o desenvolvimento sustentável das organizações. Já Roos e Becker (2012), tratam a EA como uma metodologia fundamentada na capacidade do indivíduo em aprender e realizar ações que promovam a sustentabilidade e uma maior conscientização sobre as suas relações com o ambiente natural.

Souza, Rêgo e Giesta-Cabral (2017) comentam que quando se trata das discussões a respeito da EA, o uso do termo Educação para a Sustentabilidade (EpS) deve ser deixado de lado, por adotar uma perspectiva distinta, como ilustrado no Quadro 3. Isso, porque, a EA direciona-se as relações do indivíduo com a natureza, ao passo em que a EpS se volta a questão capitalista, que apregoa o desenvolvimento sustentável, como destaca a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciências e a Cultura (UNESCO, 2017). Martins e Sanches (2012) também seguem essa lógica, ao reconhecer que a EpS proporciona conhecimentos e valores sociais direcionados a conservação do meio ambiente.

Quadro 3: Diferenças entre os conceitos

(cont.)

Termos	Definição	Fonte
Educação ambiental	Componente estratégico essencial para a sobrevivência da humanidade e capaz de integrar um novo estilo de vida ao meio ambiente.	Dias (2004)

(conclui)

Termos	Definição	Fonte
Educação ambiental	Meio ideal para se obter a sustentabilidade.	Roos e Becker (2012)
	Processo no qual o indivíduo e a coletividade devem focar na qualidade de vida e em sua sustentabilidade, em qualquer nível de ensino.	Lei n.º 9.795/1999
Educação para a sustentabilidade	Possibilitar o desenvolvimento de conhecimentos e desenvolturas essenciais para a construção de um futuro sustentável.	Jaime (2014)
	Meio no qual o indivíduo desenvolve e adota um comportamento sustentável.	Martins e Sanches (2012)
	Processo no qual o indivíduo e as organizações devem focar na mudança de atitude e no desenvolvimento sustentável.	UNESCO (2017)

Fonte: Dados da pesquisa.

Ante ao exposto, destaca-se que a EA e a EpS centram-se na transmissão de conhecimentos e na mudança de comportamento do indivíduo ao interagir com o ambiente natural. Nesse contexto, a Lei n.º 9.795/1999 e a Resolução CNE/CP n.º 2/2016, focam mais na troca de experiências e na qualidade de vida do indivíduo, do que no desenvolvimento sustentável e lucrativo das organizações, apregoado pela UNESCO (2017). Isso mostra que embora haja um conflito sobre o termo ideal, ambos têm como ponto comum, a necessidade de se desenvolver um processo educativo e interdisciplinar, em que o indivíduo seja o agente transformador e garantidor da sustentabilidade.

Ao avaliar o que se entende por EA e EpS, destaca-se que é mais simples saber o que de fato não representa a EA, haja vista que criar projetos ambientais precários e que desconsidera o contexto local é um desperdício (PALMA, 2005). Nesse contexto, a Lei n.º 9.795/1999 destaca que a promoção da EA deve se iniciar no ambiente escolar, ao mesmo tempo em que vai se integrando as atividades desenvolvidas na sociedade. Logo, a EA deve ser direcionada no sentido de promover a conservação, recuperação e progresso do meio ambiente, vinculando ética, educação, trabalho e práticas sociais, de modo a garantir a formação de indivíduos ambientalmente responsáveis (PALMA; ALVES; SILVA, 2013).

Considerando que a EA é um tema transversal, como assume Barbieri (2004), ela não pode se limitar a uma disciplina pontual, mas deve ser tratada direta ou indiretamente nas disciplinas oferecidas em todas as esferas do ensino, ou seja, do Ensino fundamental ao Ensino Superior. No entanto, cabe respeitar as limitações próprias de cada fase de aprendizado, para que o processo de EA possa de fato ser promovido e propiciar o desenvolvimento de ações pautadas no respeito ao meio ambiente. Segundo Pase et al. (2014), a mesma precisa ser implementada em todos os campos e a universidade exerce um papel importante nesse contexto, por ser voltada a formação de profissionais que vão atuar, direta ou indiretamente, no ambiente.

Palma (2005) aponta que uma compreensão adequada sobre EA pode permitir a construção de projetos bem informados sobre o meio e as necessidades da sociedade ou organizações. Isso, porque, ao ser implementada no processo de aprendizado, ela tende a promover a consciência ambiental e garantir as condições mínimas para a sustentabilidade da natureza e das empresas em um mesmo ambiente (LOPES, 2009). Apesar disso, Gonçalves-Dias (2009) destaca que a EA só se torna eficiente, quando reconhece a necessidade de trabalhar com o processo de desconstrução de ações insustentáveis e reeducação propriamente dita, ou seja, permitir que maus hábitos sejam abandonados.

No Ensino Superior, Wachholz (2017) aponta que enquanto a EA não for direcionada para a formação de docentes, discentes e funcionários, as melhorias e progressos de suas relações com o meio se tornam lentas e limitadas. Logo, compreende-se que a EA se

configura como uma forma de impetrar a sustentabilidade, uma vez que garante o desenvolvimento e a produtividade (ROOS; BECKER, 2012). Nesse contexto, Ross e Becker (2012) e Palma, Alves e Silva (2013) comentam que é por meio da EA que se garante a EpS e os indivíduos conseguem, de fato, desenvolver uma consistência sustentável, capaz de modificar suas ações e melhorar sua relação com o ambiente natural.

2.2 ESTUDOS ANTERIORES

No que diz respeito aos estudos anteriores, envolvendo a EA no processo formativo dos discentes que optam pela área de negócios, como Administração e Ciências contábeis, destaca-se que são utilizadas diversas abordagens, como apresentado no Quadro 4. Segundo Kopeginski e Sakamoto (2010) a inserção da EA no processo formativo permite as Instituições de Ensino Superior (IES), formar cidadãos capazes de implantarem ações que maximizem o uso do ambiente natural. Para Munaretto e Busanello (2014) tal postura é essencial a formação profissional e o desenvolvimento de uma cultura ou consciência sustentável.

Quadro 4: Estudos sobre a área ambiental nos cursos de Administração e Ciências contábeis (cont.)

Autores	Objetivo	Principais achados
Barbieri (2004)	Tratar de questões problemáticas relacionadas com a implementação da educação ambiental (EA) em cursos de graduação em administração, conforme estabelece a legislação brasileira.	Os ciclos de palestras deixam a desejar quando se trata da EA, quando desarticuladas com os conteúdos das disciplinas.
Calixto (2006)	Verificar o grau de inserção da disciplina contabilidade ambiental na matriz curricular dos cursos de graduação em Ciências Contábeis oferecidos por universidades brasileiras, a importância desta disciplina na visão dos coordenadores e possíveis dificuldades para a sua inclusão nos respectivos cursos.	Apesar de a Contabilidade ambiental ser considerada importante no processo formativo dos discentes, nem sempre as IES as incluem entre os conteúdos ministrados nos cursos, em razão de problemas estruturais, culturais e sociais que priorizam temas de cunho mais técnico.
Tauchen e Brandli (2006)	Propor uma sistematização de procedimentos, culminando num modelo para a implantação de um SGA, adaptado às IES que iniciarão a implantação de um campus universitário, permitindo a essas instituições controlarem os impactos ambientais e se adequarem à legislação, ainda no momento da concepção da sua infraestrutura.	Nota-se que há uma economia com a inserção de Sistemas de Gestão Ambiental (SGA), que impactam na produtividade e redução no consumo de insumos, como: energia, água e materiais de expediente.
Teixeira e Teixeira (2006)	Desenvolver estudos e pesquisas que possam desembocar num plano de inserção da Educação Ambiental no Ensino de Administração.	Os cursos de graduação em Administração podem incluir a disciplina de EA em sua proposta formativa, desde que se mantenha atenta as mudanças do ambiente, e que priorize a responsabilidade ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Quadro 4: Estudos sobre a área ambiental nos cursos de Administração e Ciências contábeis (cont.)

Autores	Objetivo	Principais achados
Santos (2007)	Avaliar a vantagem competitiva proporcionada pela educação ambiental, utilizando o método dedutivo, concluindo pela procedência da hipótese heurística.	A educação ambiental não se restringe aos ambientes escolares, mas deve se destacar em todas as organizações, de modo a ser convertida em benefício a competitividade.
Galvão e Tenório (2009)	Verificar o grau de inclusão da disciplina contabilidade ambiental na matriz curricular dos cursos de graduação em Ciências Contábeis partindo de um estudo bibliográfico sobre a mesma diante as empresas e a sociedade, a importância desta disciplina na visão dos coordenadores dos cursos de Ciências Contábeis e possíveis dificuldades para a sua agregação nos respectivos cursos.	Contabilidade ambiental desperta a curiosidades dos discentes, mas esbarra na multidisciplinaridade, o que requer a participação de indivíduos com formações diversas, para permitir reconhecer, mensurar e evidenciar informações que expliquem a relação da empresa com o meio ambiente.
Gonçalves-Dias et al. (2009)	Caracterizar a dimensão ambiental do comportamento de futuros administradores e explorar condições, desafios e perspectivas para a ampliação da formação socioambiental nos projetos pedagógicos da escola de gestão analisada.	A consciência ambiental dos discentes da área de Administração requer uma revisão das políticas didático-pedagógicas do curso, de modo a prepara-lo para atuar em um ambiente focado na sustentabilidade.
Ribeiro, Nascimento e Bellen (2010)	Verificar a percepção dos coordenadores dos cursos de Ciências contábeis quanto à inclusão e a forma de abordagem do ensino da temática ambiental no processo de formação dos graduandos dos cursos de Ciências contábeis nas instituições de ensino superior públicas brasileiras.	A temática ambiental é reconhecida de forma diferente pelos coordenadores de curso da área Contábil. Isso, porque, a depender da região e nível de desenvolvimento da mesma, a sua implementação prática pode ser essencial para o sucesso do negócio, seja quanto a sustentabilidade ou relacionado a eficiência no uso de recursos.
Luiz et al. (2013)	Analisar a aplicação da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e da legislação ambiental nas atividades socioambientais praticadas por um Instituto Federal de Educação.	Nota-se que existe pouca orientação e incentivos quanto a utilização racional dos recursos naturais e bens públicos, principalmente quando há uma aderência parcial as normas e orientações vigentes.
Vieira e Echeverria (2013)	Discutir o Programa de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS), a partir de uma experiência em Quirinópolis (Goiás) e do acompanhamento da Caixa Econômica Federal, propondo a educação ambiental como estratégia para ampliar a obtenção de resultados.	A inserção de um projeto de EA, voltado para a solução de problemas em obras físicas, reflete na efetividade dos resultados alcançados e para a sustentabilidade socioambiental do programa.
Brandalise et al. (2014)	Investigar se a incorporação de uma disciplina relacionada à educação ambiental nos cursos de graduação contribui para a formação da consciência e do consumo ambiental dos universitários, atendendo às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.	A disciplina de Gestão Ambiental pode levar os estudantes a colaborar com o ambiente natural, por meio de suas interações com o meio.

(conclui)

Autores	Objetivo	Principais achados
Munaretto e Busanello (2014)	Verificar como as práticas de gestão ambiental são incorporadas e desenvolvidas nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação do Centro de Educação Superior Norte do Rio Grande do Sul (CESNORS), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).	Os PPCs dos cursos do CESNORS não exibem objetos ou itens específicos que articulem a educação ambiental, como previsto nas informações institucionais, o que implica na desarticulação dos princípios e planos da IES com os PPCs dos cursos.
Pase et al. (2014)	Analisar a percepção dos acadêmicos do Curso de Administração em duas Instituições de Ensino Superior de Santa Maria – RS no que tange ao papel do indivíduo e da universidade no desenvolvimento de ações voltadas à educação ambiental.	Os estudantes não percebem o seu papel na causa ambiental e desconhecem as ações que são promovidas em favor do ambiente natural.
Silva et al. (2015)	Examinar a relação entre os comportamentos ambientalmente responsáveis e a percepção de educação ambiental de alunos e servidores de uma instituição pública federal de ensino, por meio de um questionário eletrônico aplicado aos alunos e servidores da instituição.	O cuidado com a educação e gestão ambiental, fundamenta-se em questões como gestão de resíduos, licitações sustentáveis, qualidade de vida no trabalho, sensibilização dos alunos, capacitação dos servidores e uso racional dos recursos.
Petarnella, Silveira e Machado (2017)	Revisar e refletir sobre a Educação Ambiental (EA) e o Ensino de Sustentabilidade, no campo da Administração.	A EA nos Programas de Pós-graduação em Administração necessita, ainda, de táticas peculiares para o efetivo alinhamento da origem da informação ao imperativo social.

Fonte: Dados da pesquisa.

Os estudos que envolvem a Educação Ambiental (EA) e o ensino em Administração, destacam a necessidade de uma capacitação focada na formação de indivíduos aptos a terem comportamentos e hábitos de consumo sustentáveis (BARBIERE, 2004). Nesse contexto, Teixeira e Teixeira (2006) enfatiza que a junção desses temas capacita os profissionais a terem senso crítico, bem como que sejam autônomos, criativos e agentes capazes de transformar o ambiente natural. Segundo Santos (2007) e Pereira (2013), a inserção da EA nos cursos de graduação despertam a consciência e o aprimoramento da gestão das organizações, diante dos problemas que comprometem o ambiente natural e a sustentabilidade.

A inserção da EA nos cursos de graduação em Ciências Contábeis envolve mudanças no modo como os discentes pensam ou questionam o crescimento econômico (GALVÃO; TENÓRIO, 2009). Para Ribeiro, Nascimento, Bellen (2010), a discussão da EA nesse ambiente de ensino deve ir além da difusão do conhecimento e englobar a conscientização do indivíduo quanto à importância de se conhecer e compreender como o meio ambiente e as organizações sociais interagem. Nessa perspectiva, Brandalise et al. (2014) e Munaretto e Busanello (2014), afirmam que a EA é fundamental para ajudar aos discentes a entender melhor como funciona o processo de reconhecimento, mensuração, registro e evidência de eventos contábeis comprometidos com a atividade ambiental.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A apresentação dos procedimentos metodológicos indica quais as qualificações técnicas e caminhos necessários para se responder ao problema de pesquisa proposto. Nessa conjuntura, o presente trabalho se enquadra quanto ao método como dedutivo, em razão da análise sobre como a EA é abordada no curso de graduação em Ciências contábeis, da Universidade Federal Rural do Semi-árido (UFERSA) a temática “Educação ambiental”. Segundo Gil (2008), esse tipo de método permite chegar a conclusões formais e fundamentadas na lógica.

No que concerne a abordagem, o estudo se enquadra como empírico, uma vez que se utiliza da Lei n.º 9.795/1999 e da Resolução CNE/CP n.º 2/2012 para analisar como a EA vem sendo discutida e trabalhada tanto no âmbito da instituição, quanto no curso sob análise. Para Gil (2008), esse método envolve a prática como componente principal, uma vez que se vale do que está posto e é vivenciado no dia a dia, para a análise de dados.

Quanto aos objetivos, o estudo abarca os preceitos da pesquisa exploratória e descritiva, em razão de se valer da análise cuidadosa do PPI, PGLS, PDI, da UFERSA, e PPC, do curso de Ciências contábeis. Os estudos exploratórios objetivam analisar, em profundidade, uma determinada área do conhecimento ainda pouco explorada, como ocorre em relação à abordagem na EA na formação dos profissionais da área Contábil (BEUREN et al., 2013). Já as pesquisas descritivas focam na caracterização e sumarização de um determinado objeto de estudo, com vias a avaliar pontos de ação ou predição (ROESCH, 2005).

No que tange aos procedimentos, o estudo se enquadra como de análise documental e estudo de caso, em função do mapeamento da instituição e do curso, quanto a implementação da EA. Salienta-se que a pesquisa documental se vale da análise de documentos já publicados e que ainda carecem de um olhar científico para análise (MARTINS; THEÓPHILO, 2007). O estudo de caso é apropriado quando se deseja conhecer, em profundidade, um determinado fato, com vias a mapeá-lo, triangulá-lo e compará-lo com as normas vigentes (BEUREN et al., 2013).

Em relação a abordagem do problema, o estudo se enquadra como do tipo qualitativo, em razão da necessidade de leitura atenta e análise de conteúdo do PPI, PGLS, PDI, da UFERSA, e PPC, do curso de Ciências contábeis, cujos objetivos de cada documento são apresentados no Quadro 5, para sistematização dos dados e comparação com as normas vigentes. Segundo Oliveira (2004), a pesquisa qualitativa considera a análise minuciosa de documentos ou falas, e sobre as quais cabe interpretar os fenômenos. Nesse contexto, como destaca Bardin (2011), a pesquisa faz uso da análise de conteúdo de documentos já divulgados pela instituição, com vias a subsidiar a apreciação crítica da matéria abordada em cada um deles sobre a questão ambiental.

Quadro 5: Documentos de gestão sob análise

Documento	Propósito	Fonte
PPI	Apresentar as políticas institucionais da entidade, quanto aos aspectos acadêmicos e de gestão.	Frauches e Fagundes (2007)
PDI	Dispor sobre o planejamento estratégico e gerencial da entidade, de modo a esclarecer as características da instituição, seu funcionamento e o processo de avaliação.	Francisco et al. (2012)
PGLS	Especificar quais as políticas estratégicas assumidas pela instituição, com vias a promover a gestão sustentável.	Tauchen e Brandli (2006)
PPC	Estabelecer as regras de funcionamento do curso, bem como o perfil formativo desejado ao egresso, componentes curriculares e atividades a serem executadas por discentes e docentes do curso.	Seixas et al. (2013)

Fonte: Dados da pesquisa.

A pesquisa considera o uso de dados secundários e o recorte transversal, em razão de obter documentos extraídos do portal da UFERSA, em um único momento do tempo. Os dados secundários observam o uso de informações já publicadas anteriormente e que ainda não receberam nenhum tratamento científico (BEUREN et al., 2013), como ocorre com os documentos sob análise. Já o recorte transversal considera a coleta de dados em um único momento do tempo (HERNÁNDEZ-SAMPIERI; FERNÁNDEZ-COLLADO; LUCIO, 2006).

Como a presente pesquisa adota o estudo de caso como procedimento, destaca-se a adoção da UFERSA e do curso de Ciências contábeis, como objetos de estudo, em meio ao total de 53 (cinquenta e três) IES que oferecem o curso, no Estado do Rio Grande do Norte, ocorre em razão da disponibilidade de informações e por esse estudo ser um ensaio para trabalhos mais aprofundados e que possibilitem a comparabilidade. Isso, porque, a ideia de averiguar a aderência às normas são essenciais não só para garantir uma formação adequada e atual para o indivíduo, mas para concebê-los como verdadeiros cidadãos.

A adoção do estudo de caso, segundo Yin (2015), é imprescindível quando se deseja conhecer a fundo uma realidade que está sob investigação, o que requer a triangulação de dados. Nesse contexto, considera o uso de um método fundamentado tanto na compreensão do que está disponível para coleta, como na análise sistemática dos dados, a fim de garantir uma avaliação lógica do objeto sob análise. A ideia de triangulação, observa tanto a proposição institucional sobre o tratamento da questão ambiental por parte dos cursos, como os aspectos designados na norma vigente e assumidos pelo curso sob análise, quando ao perfil formativo e adoção de princípios ou objetivos direcionados para a promoção da EA.

No que concerne à análise de conteúdo dos documentos coletados, Bardin (2011) comenta que essa representa uma forma diferenciada de se avaliar uma matéria sob estudo. Isso, porque, se vale da associação entre o que prevê a norma vigente sobre a EA e o que se observa como ação efetiva na instituição ou no curso sob análise, quanto a sua sistematização e adoção efetiva. Sendo assim, permite avaliar o material sem manipular as mensagens apresentadas, mas identificando e elucidando pontos que podem indicar o desenvolvimento efetivo de ações voltadas para a EA, tanto na UFERSA, como no curso de Ciências contábeis da instituição.

Com relação à coleta de dados, fez-se uso de um *checklist*, que de acordo com Beuren et al. (2013), considera o uso de uma listagem de dados possíveis de serem publicados e sobre o qual se faz uso de uma variável *dummy* para preenchimento. Isso foi construído com base no conteúdo da Resolução CNE/CP n.º 02/2012, que considera tanto os aspectos apontados na Lei n.º 9.795/1999, como a Proposta Nacional de EA, conforme disposto no Apêndice A. A variável *dummy* adotada no estudo considera a atribuição do número “1”, quando a informação estiver presente, e “0”, quando ela não for constatada. Logo, espera-se que sejam apresentados 8 pontos sobre “Itens previstos na Resolução CNE/CP n.º 2/2012; 6 pontos a respeito de “A instituição promove ações orientadas pelos princípios da EA”; 9 pontos a cerca de “A instituição promove ações orientadas pelo objetivos da EA”; 40 pontos relativos a “A instituição contempla”; 4 pontos relativos a “A organização curricular contempla”; e 89 pontos com relação a “O planejamento curricular e de gestão da instituição”.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Com a coleta finalizada, coube realizar a descrição e análise de dados, de modo a atender ao propósito do estudo, que reside em analisar como a Educação Ambiental é abordada no curso de graduação em Ciências Contábeis, da Universidade Federal Rural do Semi-árido (UFERSA) e pela própria instituição. Por conseguinte, analisou-se o que está previsto no PPI, PGLS e PDI, quanto a EA, como ilustrado na Tabela 1. Quando se trata do PPI, Francisco et al. (2013) comentam que esse é um instrumento que contempla o

planejamento estratégico da instituição, uma vez que aborda aspectos filosóficos, teóricos, metodológicos e de responsabilidade social, como os que preconiza a EA.

Tabela 1: Previsão de aplicação da EA nos documentos institucionais da UFERSA

Dimensões	PPI	PGLS	PDI
Itens previstos na Resolução CNE/CP n.º 2/2012	0,125	-	0,375
A instituição promove ações orientadas pelos Princípios da EA	0,167	-	-
A instituição promove ações orientadas pelos Objetivos da EA	0,333	-	-
A instituição contempla	-	0,050	-
A organização curricular contempla	0,250	-	0,250
O planejamento curricular e de gestão da instituição	0,034	-	0,090

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Analisando o PPI da UFERSA, constata-se que existe uma singela preocupação com o desenvolvimento de ações orientadas para os objetivos da EA, como preceitua a Resolução CNE/CP n.º 2/2012. Dentre os itens que apontam para isso, tem-se a ideia de “desenvolver a compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações para fomentar novas práticas sociais de produção e consumo”, bem como “estimular a mobilização social, política e o fortalecimento da consciência crítica sobre a dimensão socioambiental” e “fomentar e fortalecer a integração entre ciência e tecnologia, visando à sustentabilidade socioambiental”, por meio da criação de cursos de graduação focados no uso da tecnologia e preocupados com a questão social e humana. Apesar disso, nota-se que instituição ainda carece de ações que abarque todas as dimensões capazes de promover a EA e a sustentabilidade socioambiental da própria instituição e dos indivíduos que a mesma forma.

Em relação ao PGLS, denominado em outras instituições como Programa de Gestão de Resíduos Sólidos (PGIRS) ou Sistemas de Gestão Ambiental (SGA), nota-se que o cuidado com a adoção de políticas voltadas a EA carece de atenção especial. Isso, porque, a IES objeto de análise, embora possua um documento específico para tratar da temática ambiental e relacionar como a instituição deve se comporta diante do ambiente natural, nota-se que a UFERSA só consegue relacionar a dimensão ambiental com ações de trabalho capazes de promover a “redução no consumo de água, energia e material de expediente”, o que compromete a adoção da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) (LUIZ et al., 2013) ou a inclusão de programas de gestão ambiental (VIEIRA; ECHEVERRIA, 2013). No entanto, esse tipo de comportamento pode corroborar com os ideais de produtividade preconizados nos SGA, como destacam Tauchen e Brandli (2006), o que também pode refletir no compromisso das IES com a formação de indivíduos preparados para a atuação profissional e comprometidos com a causa ambiental.

No que concerne as políticas institucionais, que devem estar contidas no PDI, os dados indicam que o corpo gestor da UFERSA delega aos cursos, a promoção da EA e sua previsão no conteúdo do PPC. Logo, percebe-se que foge do ideal da promoção da EA em qualquer tipo de ambiente, ou seja, formal ou informal, como determina a Lei n.º 9.795/1999 e a Resolução CNE/CP n.º 2/2012. Em se tratando do que foi possível observar com a análise do PDI, que de acordo com Francisco et al. (2013) deve contemplar em seu conteúdo o compromisso, missão e valores da instituição, a abordagem de conteúdos voltados a “ética socioambiental” e inclusão da “dimensão socioambiental no eixo de formação profissional”, são simplistas, embora sejam essenciais para promover a EA nos indivíduos em formação.

Considerando os pontos enumerados, quanto ao PPI e PDI, Munaretto e Busanello (2014) comentam que muitas vezes esses documentos estão desarticulados e suas ações sequer são abordadas entre as metas formativas previstas no PPC dos cursos de graduação. Já em relação ao PGLS, similar ao SGA abordado por Tauchen e Brandli (2006),

compreende-se que a apresentação desse instrumento é essencial para o estabelecimento de uma cultura sustentável e pautada na preservação do ambiente natural. Assim sendo, contata-se que a desarticulação entre esses documentos é algo comum, apesar de refletir os desafios que as IES precisam se atentar para promover a EA e a longevidade da instituição (WACHHOLZ, 2017).

Em se tratando dos grupos de pesquisa cadastrados pelos docentes da UFERSA, constata-se que a preocupação com a questão ambiental é pertinente, o que reforça a ideia da multidisciplinaridade apontada por Galvão e Tenório (2009). Isso, porque, dentre as áreas que abarcam essa temática de forma predominante, na UFERSA, destacam-se a da Administração, Arquitetura e urbanismo, Ciências ambientais, Ecologia, Engenharia agrícola, Engenharia civil, Engenharia de materiais e metalúrgica, Engenharia sanitária, Geociências e Química. Isso mostra que o corpo docente se interessa pela temática ambiental e considera em sua análise a especificidade da área em que atuam, apesar de apenas um grupo certificado, para tratar de forma específica sobre a EA, denominada de “Programa de EA para todos”.

Ante ao exposto, destaca-se que a multidisciplinaridade dos grupos de pesquisa preocupados com a causa ambiental também se reflete nos projetos de pesquisa, extensão e ensino da instituição, como ilustrado na Tabela 2, apesar de não receber um tratamento específico para a área Contábil. Logo, percebe-se que o tripé da universidade tem certo compromisso com o ambiente natural e a formação de indivíduos que tenham o mínimo de conhecimento sobre a EA, o que lhes permite desenvolver uma consciência crítica sobre as relações da sociedade com as questões ambientais, como determina a Lei n.º 9.795/1999 e a Resolução CNE/CP n.º 2/2012. Nesse contexto, quando se destaca os projetos de pesquisa sobre EA, constata-se que há dois vigentes e cadastrados internamente, denominados de “Educação ambiental nos cursos de Administração do Nordeste brasileiro” e “O discurso de educação ambiental em práticas de leitura de professoras do/no campo: identidade de gênero e letramentos múltiplos”.

Tabela 2: Previsão de adoção da EA em projetos institucionais da UFERSA

Dimensões	Pesquisa	Extensão	PPC
Itens previstos na Resolução CNE/CP n.º 2/2012	0,375	0,125	0,500
A instituição promove ações orientadas pelos Princípios da EA	-	0,667	0,667
A instituição promove ações orientadas pelos Objetivos da EA	0,556	0,222	0,667
A instituição contempla	-	0,125	-
A organização curricular contempla	-	-	0,250
O planejamento curricular e de gestão da instituição	-	0,045	-

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Quando se destaca os projetos de pesquisa vigentes, que abarcam a EA destaca-se que embora observem o viés da educação, os mesmos possuem propostas distintas. Isso, porque, um foca na formação auferida no Ensino Superior, ao passo em que o outro avalia as práticas docentes dos indivíduos que atuam no processo de letramento, o que condiz com a demanda a Lei n.º 9.795/1999 e da Resolução CNE/CP n.º 2/2012, quanto ao desenvolvimento da temática em todos os níveis formativos. Isso corrobora com as discussões levantadas por Gonçalves-Dias et al. (2009), quanto a inserção da EA no processo formativo dos indivíduos, ao passo em que se reflete na sua conduta e relação como meio ambiente, como apontam Brandalise et al. (2014).

Em relação aos projetos de extensão, os dados indicam que o corpo docente da UFERSA se preocupa com o desenvolvimento de ações capazes de alinhar as discussões pertinentes a EA, as demandas da sociedade. Isso mostra certo cuidado com a promoção de ações orientadas tanto para os princípios de “formação, análises, estudos e produção de conhecimento sobre o meio ambiente”, como do “pluralismo de ideias e concepções

pedagógicas”, “vinculação entre ética, educação, trabalho e práticas sociais na garantia da continuidade dos estudos e qualidade social da educação” e “articulação na abordagem de uma perspectiva crítica e transformadora dos desafios ambientais a serem enfrentados pelas atuais e futuras gerações, nas dimensões locais, regionais, nacionais e globais”. Tudo isso, mediante o desenvolvimento de práticas apropriadas para a sobrevivência da humanidade (DIAS, 2004) e o fomento da sustentabilidade (ROSS; BECKER, 2012).

Ademais, quando se observa os objetivos da EA, nota-se que os projetos de extensão tendem a “desenvolver a compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, para fomentar novas práticas sociais e de produção e consumo”, como sinaliza Tauchen e Brandli (2006) e Brandalise et al. (2014). Além de “incentivar a participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania”, como sugere e é observado por Santos (2007). Com isso, nota-se que apesar de não abarcar todos os pontos concernentes a Lei n.º 9.795/1999 e da Resolução CNE/CP n.º 2/2012, a preocupação com as relações do indivíduo com o ambiente natural é clara e pode interferir tanto na formação dos discentes, como em sua atuação profissional.

No que concerne ao PPC, que reflete a proposta formativa dos cursos de graduação (TEIXEIRA; TEIXEIRA, 2006), nota-se pelo projeto vigente que alguns dos princípios e objetivos da EA estão previstos de forma abrangente, inclusive destacando em sua organização curricular a questão da “inserção dos conhecimentos concernentes a EA como conteúdo dos componentes já constantes no currículo”. Logo, alinha-se ao ideal formativo previsto como perfil desejado aos egressos dos cursos de Ciências contábeis, ou seja, que o capacite a atender uma heterogeneidade de demandas sociais (ONU, 1998), bem como solucionar situações-problemas (MEC, 2004) e atender as demandas locais (FBC, 2017). Isso corrobora com a lógica formativa constatada por Ribeiro, Nascimento e Bellen (2010), ao avaliar a percepção dos coordenadores de curso da área Contábil, quanto à inserção da temática ambiental, com vias a promover o uso eficiente dos recursos e a sustentabilidade.

Quanto ao PPC, Palma, Alves e Silva (2013), destacam que poucos cursos abordam a questão da EA nesse tipo de documento, quando não há uma disciplina específica para tratar da temática. Nesse sentido, Munaretto e Busanello (2014) comentam que a inserção da EA costuma ocorrer formalmente, ao se considerar a destinação de uma carga-horária específica para tratar da temática, seja mediante disciplina obrigatória ou optativa, apesar de muitas vezes assumir uma postura mais transversal. Diante disso, nota-se que quando a EA não assume um caráter formal, por meio de disciplinas, delega-se a temática uma questão mais transversal e que depende do perfil do docente e sua sensibilidade ao assunto.

Compreendendo que nem todos os conteúdos desenvolvidos em sala ficam claramente expressos no PPC dos cursos de graduação, procedeu-se com a análise dos programas dos componentes ou disciplinas previstas no PPC e ajustados na matriz curricular do curso, como disposto na Tabela 3. Os dados indicam que apenas uma disciplina do eixo de formação profissional abarca a temática da EA (Contabilidade ambiental e responsabilidade social), mesmo que de forma singela, ao relacionar o meio ambiente com ações voltadas a EpS. Para Calixto (2006) e Galvão e Tenório (2009) essa disciplina é essencial para o processo formativo dos discentes, mas nem sempre promove a multidisciplinaridade requerida pela EA, uma vez que seus objetivos estão mais vinculados ao ideal da EpS. Segundo a UNESCO (2017), a EpS foca na sustentabilidade ambiental, social e econômica, uma vez que prepara o indivíduo para a gestão sustentável das organizações.

Tabela 3: Abordagem da EA por conteúdo de formação*

Dimensões	B	P	TP	EQ	C
Itens previstos na Resolução CNE/CP n.º 2/2012		1			
A instituição promove ações orientadas pelos Princípios da EA					
A instituição promove ações orientadas pelos Objetivos da EA					
A instituição contempla					1
A organização curricular contempla		1			2
O planejamento curricular e de gestão da instituição					3

*Nota: B – Formação básica; P – Formação prática; TP – Formação teórico-prática; EQ – Formação em estudos quantitativos; C – Formação complementar.

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

No que concerne aos componentes curriculares de Formação básica, constata-se que das 9 (nove) disciplinas inclusas nesse eixo formativo, 8 (oito) dispunham do conteúdo programático para análise e que dentre as mesmas não há qualquer previsão quanto ao estudo da EA. Isso mostra que o curso objeto de análise não tem preocupação com a inserção de conteúdos correlatos a EA, no que tange as disciplinas transversais e que são compartilhadas em outras áreas formativas. Nesse contexto, considerando o que está previsto na Resolução CNE/CP n.º 2/2012, esperava-se que o tema da EA fosse abordado na disciplina de “Ética e legislação profissional”, uma vez que a inserção de discussões sobre “ética socioambiental” podem maximizar a atuação do profissional, ao passo em que permite construir um ambiente ecologicamente mais equilibrado (KOPEGINSKI; SAKAMOTO, 2010).

Já quanto aos componentes pertinentes a Formação profissional, os dados indicam que das 22 (vinte e duas) disciplinas inclusas nesse eixo formativo, que o conteúdo programático está disponível e que apenas o componente de “Contabilidade ambiental e responsabilidade social” prevê algo relacionado ao que preceitua a Resolução CNE/CP n.º 2/2012. Logo, compreende-se que apesar da temática ambiental ser considerada importante para a formação do indivíduo, nem sempre seus ideais são prioritários ou repassados mediante disciplinas formais, por questões estruturais, culturais e sociais (CALIXTO 2006). Nesse contexto, nota-se que a disciplina mencionada destaca a EA como “uma prática educativa integrada”, que se fundamenta na “transversalidade, mediante temas com a sustentabilidade socioambiental”, como se é de esperar dos cursos que interferem na formação de indivíduos que irão atuar no ambiente de negócio (GONÇALVES-DIAS et al., 2009).

Fazendo uma analogia entre as disciplinas da Formação teórico-prática (3) e Formação em estudos quantitativos (3), constata-se que todos os componentes objeto de estudo detinham seu conteúdo programático disponível para análise. Nesse sentido, considerando que abarcam componentes inerentes a prática Contábil exigida pelo campo de atuação profissional do Contador, bem como Modelos matemáticos e estatísticos, já se esperava que seu conteúdo programático não contemplasse nada a respeito da EA. Isso, porque, se configuram como disciplinas de caráter mais técnico e que deixam pouco ou nenhum espaço para análises teóricas mais robustas. Segundo Calixto (2006), tal fato se justifica em função das dificuldades estruturais, culturais e sociais da instituição que oferece o curso, como em relação a própria formação do corpo docente.

Em se tratando da Formação complementar, que abarca estudos transversais inerentes a própria formação do Contador, bem como desenvolvidos ou tratados com predileção em cursos diversos ou complementares a sua atuação profissional, identificou-se que há 56 (cinquenta e seis) possibilidades, das quais foi possível analisar o conteúdo programático de 41 (quarenta e um) componentes. Ao identificar o curso que originalmente detém a disciplina em seu eixo formativo e o conteúdo programático das mesmas, constatou-se que os componentes de “Auditoria ambiental e ecologia”, “Direito ambiental” e

“Gestão ambiental e responsabilidade social” abordam a temática da EA. Apesar disso, pela própria natureza da disciplina em outros cursos, como componente obrigatório ou equivalente a obrigatório, nem sempre os discentes conseguem matrícula quando a turma está aberta, seja em razão do turno, choque de horário ou número de vagas oferecidas e que permitam ao curso que solicitam tais componentes, atender além da sua demanda obrigatória.

Os dados também indicam que embora haja uma concentração de ações relacionadas a EA em componentes curriculares complementares (3), compreendidos como optativos ou equivalentes a optativos, nem sempre os discentes em formação na área Contábil têm acesso a essas disciplinas ou acesso a informações específicas sobre a temática. Isso mostra que a inclusão de ciclos de palestras ou o uso de ferramentas alternativas de transmissão do conhecimento, como a distribuição de cartilhas, visitas orientadas, dentre outras, podem potencializar o desenvolvimento de ações focadas na EA (BARBIERI, 2004). Ademais, pela própria confusão nos conceitos de EA e EpS, compreende-se que o preparado do indivíduo, em formação no ambiente universitário, deve considerar o estabelecimento de uma relação saudável da temática ambiental com a formação requerida para a atuação profissional (TEIXEIRA; TEIXEIRA, 2006; SILVA et al., 2015).

Ao analisar como a EA é abordada no curso de graduação em Ciências Contábeis, da Universidade Federal Rural do Semi-árido (UFERSA), nota-se que há uma desarticulação entre o PPI, PDI, PGLS, PPC e conteúdo previstos nas disciplinas. Isso corrobora com os dados obtidos por Munaretto e Busanello (2014), que destacam não haver um vínculo institucional seguro, capaz de promover a EA, como determina a Lei n.º 9.795/1999 e a Resolução CNE/CP n.º 2/2012. Logo, como já previsto no estudo de Petarnella, Silveira e Machado (2017), os cursos oferecidos pelas IES devem criar mecanismos ou táticas que efetivem a promoção da EA e tornem suas ações perceptíveis a toda a comunidade acadêmica, como já destacava Pase et al. (2014).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Com o intuito de analisar como a Educação Ambiental é abordada no curso de graduação em Ciências Contábeis, da Universidade Federal Rural do Semi-árido (UFERSA) e pela própria instituição, procedeu-se com a análise documental do PPI, PDI, PGLS, PPC e planos de disciplinas. Tudo isso, de modo a reunir dados que permitissem averiguar se o curso e a instituição preveem a adoção do que preceitua a Lei n.º 9.795/1999 e a Resolução CNE/CP n.º 2/2012, no que tange a EA. Isso, porque, a EA discutida no ambiente universitário deve contemplar a formação de indivíduos que detenham uma consciência crítica a respeito de suas relações com o ambiente natural.

Ante ao exposto, constatou-se o que PPI trata a questão da EA sob a perspectiva da sustentabilidade da própria instituição objeto de análise. Complementarmente, o PGLS dispõe sobre as estratégias que podem viabilizar a proteção do ambiente natural e as perspectivas que os indivíduos, que compõem a instituição, devem assumir de modo a permanecerem atentos a manutenção de uma relação saudável e sustentável com o meio ambiente. O PDI, pela própria conjuntura que cobre, aborda questões relacionadas as ações que a UFERSA tem a intenção de promover em favor do meio ambiente e consolidação da EA.

Ao avaliar o PPC do curso de Ciências Contábeis da UFERSA, evidenciou-se quanto a EA, que poucas disciplinas abordam o assunto, o que é preocupante quando se deseja viabilizar a construção de um conhecimento, formal ou informal, sobre o que preceitua a Lei n.º 9.795/1999 e a Resolução CNE/CP n.º 2/2012. Em relação aos projetos de pesquisa, identificou-se que a discussão sobre EA é pertinente, mas nem sempre desenvolvida ou tratada no âmbito da formação dos indivíduos que almejam atuar na área Contábil. Esse tipo

de comportamento é semelhante em meio aos projetos de extensão, apesar de tratarem de pontos distintos, que de um lado prima pela cidadania ambiental e do outro aborda o fomento da sustentabilidade organizacional.

Complementarmente, ao analisar o conteúdo programático de cada disciplina ofertada ao curso, notou-se que o tema não é abordado entre os componentes dos eixos de formação básico, teórico-prático e de estudos quantitativos. Isso mostra que quanto mais técnica é a proposta formativa de cada eixo formativo, mais distante se torna das discussões pertinentes a EA. No que tange as disciplinas do eixo profissional e complementar, percebe-se que há uma tímida preocupação com a temática da EA, o que por ora confunde com os preceitos da EpS. Isso, porque, a temática é tratada sob o ponto de vista da sustentabilidade organizacional, em componentes tais como: “Auditoria ambiental e ecologia”, “Contabilidade ambiental e responsabilidade social”, “Direito ambiental”, “Gestão ambiental e responsabilidade social”.

Considerando os pontos enumerados, destaca-se que não foi possível avaliar a percepção dos docentes, discentes e coordenadores de curso, quanto à inserção da EA no processo de ensino-aprendizagem. Logo, sugere-se para novos estudos, ampliar a análise dos cursos da área Contábil, observando tanto as demais instituições públicas, como as IES particulares e filantrópicas, de modo a averiguar se existe diferença quanto à discussão da temática, em função das características da instituição, bem como incluir outros cursos que possuem relação direta com o ambiente natural, como objeto de estudo. Cabe ainda, avaliar a efetividade dos projetos ambientais existentes nas IES, em função da Lei n.º 9.795/1999 e a Resolução CNE/CP n.º 2/2012.

Por fim, compreende-se que embora a discussão seja necessária em todos os ambientes, formais e informais, a EA ainda carece de atenção e cuidado por parte da instituição e do curso objeto de análise. Isso, porque, seu principal papel consiste em formar indivíduos preparados não só para a atuação profissional, mas para vivenciar a sustentabilidade em todos os seus aspectos. Os dados também indicam que o cuidado com as normas vigentes se faz necessários, para que os cursos de graduação possam se manter atentos as discussões sobre EA e a efetivá-la em sua plenitude.

REFERÊNCIAS

BARBIERI, J. C. A educação ambiental e a gestão ambiental em cursos de graduação em administração: objetivos, desafios e propostas. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 6, p. 919-946, nov./dez. 2004.

BARBIERI, J. C.; SILVA, D. Desenvolvimento sustentável e educação ambiental: uma trajetória comum com muitos desafios. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 51-82, maio/jun. 2011.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3. reimp. Lisboa: Edições 70, 2011.

BEUREN, I. M. et al. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2013.

BRANDALISE, L. T. et al. O reflexo da disciplina de educação ambiental na percepção e conduta dos universitários. **Revista Pretexto**, Belo Horizonte, v. 15, n. 4, p. 11-26, out./dez. 2014.

BRASIL. **Decreto federal n.º 1.339**, 09 de janeiro de 1905. Declara instituição de utilidade publica a Academia de Commercio do Rio de Janeiro, reconhece os diplomas por ella

conferidos, como de caracter oficial; e dá outras providencias. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1339-9-janeiro-1905-612623-publicacaooriginal-135659-pl.html>. Acesso em: 17/ dez. 2018.

BRASIL. **Decreto n.º 20.158**, 30 de junho de 1931. Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20158-30-junho-1931-536778-publicacaooriginal-34450-pe.html> . Acesso em: 17 dez. 2018.

BRASIL. **Decreto-lei n.º 7.988**, 22 de setembro de 1945. Dispõe sobre o ensino superior de ciências econômicas e de ciências contábeis e atuariais. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7988-22-setembro-1945-417334-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 17 dez. 2018.

BRASIL. **Decreto-lei n.º 9.295**, 27 de maio de 1946. Dispõe sobre Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Guarda-livros, e dá outras providências. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del9295.htm. Acesso em: 17 dez. 2018.

BRASIL. **Decreto n.º 1.401**, 31 de julho de 1951. Inclui, no curso de ciências econômicas, a cadeira de História Econômica Geral e do Brasil, e desdobra o curso de ciências contábeis e atuariais. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1401-31-julho-1951-375767-publicacaooriginal-1-pl.html> . Acesso em: 17 dez. 2018.

BRASIL. **Lei n.º 4.320**, 17 de março de 1964. Institui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4320.htm . Acesso em: 17 dez. 2018.

BRASIL. **Lei n.º 6.404**, 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6404consol.htm. Acesso em: 17dez. 2018.

BRASIL. **Lei n.º. 9.795**, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1999/lei-9795-27-abril-1999-373224-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 15 ago. 2018.

BRASIL. **Resolução CNE/CES n.º 10/2004, 16 de dezembro de 2004**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf. Acesso em: 17 dez. 2018.

BRASIL. **Resolução CNE/CP n.º 2**, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Disponível em: <http://conferenciainfanto.mec.gov.br/images/conteudo/iv-cnijma/diretrizes.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2018.

BUGARIM, M. C. C.; OLIVEIRA, O. V. A evolução da Contabilidade no Brasil. In: Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 11, 2014, Resende. **Anais eletrônicos...** Resende: AEDB, 2014.

CALIXTO, L. O ensino da contabilidade ambiental nas universidades brasileiras: um estudo exploratório. **Revista Universo Contábil**, v. 2, n. 3, p. 65-78, set./dez. 2006.

CARNEIRO, J. D. (Coord.). **Proposta nacional de conteúdo para o curso de graduação em ciências contábeis**. Brasília: FBC, 2008.

CARNEIRO, J. D. (Coord.). **Proposta nacional de conteúdo para o curso de graduação em ciências contábeis**. 2. ed. ver. atual. Brasília: FBC, 2009.

CARNEIRO, J. D. (Coord.). **Matriz curricular para cursos de Ciências Contábeis: uma proposta da Fundação Brasileira de Contabilidade**. Brasília: FBC, 2017.

DIAS, G. F. **Educação ambiental princípios básicos e práticas**. 9. Ed. São Paulo: Gaia, 2004.

FRANCISCO, T. H. A. et al. A contribuição do PDI nas atividades de planejamento e gestão das instituições de Educação Superior. **Revista GUAL**, v. 5, n. 3, p. 81-107, dez. 2012.

FRANCISCO, T. H. A. et al. A relação entre o índice geral de cursos e o projeto pedagógico institucional: análise de faculdades isoladas. **Revista Alcance**, v. 20, n. 2, p. 186-202, abr./jun. 2013.

FRAUCHES, C. C.; FAGUNDES, G. M. **LDB anotada e comentada e reflexões sobre a educação superior**. Brasília: ILAPE, 2007.

GALVÃO, C. C. A.; TENÓRIO, J. N. B. Um estudo sobre o ensino da contabilidade ambiental nos cursos de graduação em Ciências contábeis. In: Congresso Brasileiro de Custos, 16, 2009, Fortaleza. **Anais eletrônicos...** Fortaleza: ABC, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES-DIAS, S. L. F. et al. Consciência ambiental: um estudo exploratório sobre suas implicações para o ensino de Administração. **RAE-eletrônica**, v. 8, n. 1, art. 10, jan./jun. 2009.

HERNÁNDEZ-SAMPIERI, R. H.; FERNÁNDEZ-COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodologia da pesquisa**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de pesquisa**, n. 118, p. 189-205, mar. 2003.

JAIME, P. Sustentabilidade & Formação de administradores: diálogos cruzados e a contribuição do ensino-aprendizagem de Sociologia. In: BRUNSTEIN, J.; GODOY, A. S.; SILVA, H. C. (Org.). **Educação para sustentabilidade nas escolas de administração**. São Carlos: Rima, 2014.

KOPEGINSKI, S. I. R.; SAKAMOTO, B. A. M. Ética e educação ambiental. In: ROESLER, M. R. B. (Org.). **Por um meio ambiente ecologicamente equilibrado: pensamentos e diálogos**. Cascavel: Edunioeste, 2010.

LOPES, U. M. **Educação e sustentabilidade**. 340 fls. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Educação. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2009.

LUIZ, L. C. et al. Agenda ambiental na administração pública (A3P) e práticas de sustentabilidade: estudo aplicado em um instituto federal de educação, ciência e tecnologia. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 5, n. 2, p. 54-62, abr./jun. 2013.

MACHADO, V. S. A.; CASA NOVA, A. P. C. Análise comparativa entre os conhecimentos desenvolvidos no curso de graduação em Contabilidade e o perfil do Contador exigido pelo mercado de trabalho: uma pesquisa de campo sobre Educação Contábil. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília, v. 2, n. 1, art. 1, p. 1-23, jan./abr. 2008.

MARTINS, A. O.; SANCHES, R. C. F. Por uma educação para sustentabilidade. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 9, n. 17, p. 61-78, jan./jun. 2012.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para as Ciências Sociais Aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MUNARETTO, L. F.; BUSANELLO, S. Um estudo sobre inserção da educação ambiental nos projetos pedagógicos dos cursos do CESNORS/UFSM. **Revista de Administração UFSM**, Santa Maria, v. 7, Edição especial, p. 24-39, set. 2014.

OLIVEIRA, S. L. **Tratado de Metodologia Científica**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

OTT, E.; PIRES, C. B. Estrutura curricular do curso de Ciências Contábeis no Brasil *versus* estruturas curriculares propostas por organismos internacionais: uma análise comparativa. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 6, n. 1, p. 28-45, jan./mar. 2010.

PALMA, I. R. **Análise da percepção ambiental como instrumento ao planejamento da educação ambiental**. 83 fls. 2005. Dissertação (Mestrado em Engenharia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

PALMA, L. C.; ALVES, N. B.; SILVA, T. N. Educação para a sustentabilidade: a construção de caminhos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 83-118, maio/jun. 2013.

PASE, J. et al. Educação ambiental na Universidade: percepção dos acadêmicos do curso de Administração em Santa Maria-RS. **Revista Capital Científico – Eletrônica**, Guarapuava, v. 12, n. 2, p. 65-82, abr./jun. 2014.

PELEIAS, I. R. et al. (org.). **Didática do ensino da contabilidade**: aplicável a outros cursos superiores. São Paulo: Saraiva, 2006.

PEREIRA, R. S. Educação ambiental na formação do administrador - (José Carlos Barbieri, Dirceu da Silva - 2011). **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 14, n. 2, p. 403-407, 2013.

PETARNELLA, L.; SILVEIRA, A.; MACHADO, N. S. Educação Ambiental e Ensino de Sustentabilidade: Reflexões no Contexto da Administração. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 6, n. 1, p. 1-12, 2017.

PINHEIRO, L. O. et al. A percepção dos discentes do curso de graduação em Ciências Contábeis da UFERSA quanto à adoção de novas ferramentas de ensino-aprendizagem. In: Congresso UFERSA de Contabilidade, 2, 2015, Mossoró. **Anais eletrônicos...** UFERSA: Mossoró, 2015.

RIBEIRO, A M.; NASCIMENTO, L. F.; BELLEN, H. M. V. A relevância da temática ambiental na formação dos bacharéis em Ciências contábeis: a percepção dos coordenadores de curso. **SINERGIA**, Rio Grande, v. 14, n. 1, p. 35-45, 2010.

ROESCH, S. M. A. **Projetos de estágio e pesquisa em administração**: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de casos. São Paulo: Atlas, 2005.

ROOS, A.; BECKER, E. L. S. Educação ambiental e sustentabilidade. **Revista eletrônica em gestão, educação e tecnologia ambiental**, v. 5, n. 5, p. 857-866, 2012.

SANTOS, A. M. D. Educação Ambiental: matéria relevante para as Ciências da Administração nas dimensões acadêmica e organizacional. **Revista de Ciências da Administração**, v. 9, n. 17, p. 132-149, 2007.

SCHMIDT, P.; SANTOS, J. L. **História do pensamento contábil**. São Paulo: Atlas, 2000 (Coleção resumos de Contabilidade).

SEIXAS, P. S. et al. Projeto pedagógico de curso e formação do psicólogo: uma proposta de análise. **Psicologia Escolar e Educacional**. Maringá, v. 17, n. 1, jun. 2013.

SILVA, A. M. et al. Comportamentos ambientalmente responsáveis e sua relação com a educação ambiental. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 4, n. 1, p. 1-16, 2015.

SILVA, E. C. O.; RÊGO, T. F. Proposta formativa *versus* desempenho: um estudo comparativo entre os cursos de graduação em Ciências Contábeis das IFES brasileiras. **Revista Ambiente Contábil**, Natal, v. 6, n. 2, p. 55-74, jul./dez. 2014.

SILVA, V. R.; MIRANDA, G. J.; PEREIRA, J. M. ENADE e Proposta curricular do CFC: um estudo em cursos brasileiras de Ciências Contábeis. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília, v. 11, n. 3, p. 261-275, jul./set. 2017.

SOUZA, L. F. R.; RÊGO, T. F.; GIESTA-CABRAL, L. C. Educação Ambiental e Educação para a Sustentabilidade: um Estudo Bibliométrico das Produções Científicas do EnANPAD, ENGEMA e ECOINOVAR. In: Encontro da ANPAD, 41, 2017, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: ANPAD, 2017.

TAUCHEN, J.; BRANDLI, L. L. A gestão ambiental em instituições de ensino superior: modelo para implantação em campus universitário. **Gestão & Produção**, v. 13, n. 3, p. 503-515, set./dez. 2006.

TEIXEIRA, A. C. E. A.; TEIXEIRA, H. A. O ensino de administração e a educação ambiental: algumas reflexões sobre os currículos e a importância da formação de agentes multiplicadores nas organizações. **Revista Gestão e Planejamento**, Salvador, ano 7, v. 13, jan./jun. 2006.

UNESCO. **Education for Sustainable Development Goals: Learning Objectives**. 2017. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002474/247444e.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2018.

VIEIRA, J. E.; ECHEVERRÍA, A. R. A administração pública e a educação ambiental no Programa de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos: uma reflexão de uma experiência local. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 5, n. 1, p. 1-15, 2007.

WACHHOLZ, C. B. **Campus sustentável e educação: desafios ambientais para a universidade**. 181 fls. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Bookman: Portalegre, 2015.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (2018)

Apêndice A – Instrumento de coleta

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	
Documento analisado	☐ Projeto Pedagógico Institucional (PPI) ☐ Plano de Gestão de Logística Sustentável (PGLS) ☐ Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) ☐ Projeto Pedagógico de Curso (PPC)

ITENS PREVISTOS NA RESOLUÇÃO CNE/CP N.º 2/2012	
ITENS	CONSTATAÇÃO
A EA é promovida em projetos institucionais	
A EA é promovida em projetos pedagógicos	
A EA é uma prática educativa integrada	
A EA é uma prática educativa interdisciplinar	
A EA é implementada como disciplina ou componente curricular específico	
A EA é implementada como projeto de extensão	
O curso aborda conteúdos de "ética socioambiental"	
A dimensão socioambiental consta como eixo da formação profissional	

A INSTITUIÇÃO PROMOVE AÇÕES ORIENTADAS PELOS PRINCÍPIOS DA EA	ENSINO	PESQUISA	EXTENSÃO
Formação, análises, estudos e produção de conhecimento sobre meio ambiente			
Interdependência entre o meio natural, socioeconômico e cultural			
Pluralismo de ideias e concepções pedagógicas			
Vinculação entre ética, educação, trabalho e práticas sociais na garantia de continuidade dos estudos e qualidade social da educação			
Articulação na abordagem de uma perspectiva crítica e transformadora dos desafios ambientais a serem enfrentados pelas atuais e futuras gerações, nas dimensões locais, regionais, nacionais e globais			
Respeito a pluralidade e à diversidade, seja individual, coletiva, étnica, racial, social e cultural, disseminando os direitos de existência e permanência e o valor da multiculturalidade e pluriétnicidade do país e do desenvolvimento da cidadania planetária			

A INSTITUIÇÃO PROMOVE AÇÕES ORIENTADAS PELOS OBJETIVOS DA EA	ENSINO	PESQUISA	EXTENSÃO
Desenvolve a compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações para fomentar novas práticas sociais e de produção e consumo			
Garante a democratização e o acesso às informações referentes à área socioambiental			
Estimula a mobilização social e política e o fortalecimento da consciência crítica sobre a dimensão socioambiental			
Incentiva a participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania			
Estimula a cooperação entre as diversas regiões do País, em diferentes formas de arranjos territoriais, visando à construção de uma sociedade ambientalmente justa e sustentável			
Fomenta e fortalece a integração entre ciência e tecnologia, visando à sustentabilidade socioambiental			
Fortalece a cidadania, a autodeterminação dos povos e a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, valendo-se de estratégias democráticas e da interação entre as culturas, como fundamentos para o futuro da humanidade			
Promove o cuidado com a comunidade de vida, a integridade dos ecossistemas, a justiça econômica, a equidade social, étnica, racial e de gênero, e o diálogo para a convivência e a paz			
Promove os conhecimentos dos diversos grupos sociais formativos do País que utilizam e preservam a biodiversidade			

A INSTITUIÇÃO CONTEMPLA	CONSTATAÇÃO
Abordagem curricular que enfatize a natureza como fonte de vida	
Relaciona a dimensão ambiental à justiça social	
Relaciona a dimensão ambiental à direitos humanos	
Relaciona a dimensão ambiental à saúde	
Relaciona a dimensão ambiental ao trabalho	
Relaciona a dimensão ambiental ao consumo	
Relaciona a dimensão ambiental à pluralidade étnica	
Relaciona a dimensão ambiental à pluralidade racial	
Relaciona a dimensão ambiental à pluralidade de gênero	
Relaciona a dimensão ambiental à pluralidade da diversidade sexual	
Relaciona a dimensão ambiental à superação do racismo	
Relaciona a dimensão ambiental à discriminação e injustiça social	
Uma abordagem curricular integrada, contínua e permanente	
Uma abordagem curricular transversal, contínua e permanente	
O aprofundamento do pensamento crítico-reflexivo, mediante estudos científicos a partir da dimensão socioambiental, valorizando a participação, em contraposição às relações de dominação e exploração presentes na realidade atual	
O aprofundamento do pensamento crítico-reflexivo, mediante estudos científicos a partir da dimensão socioambiental, valorizando a cooperação, em contraposição às relações de dominação e exploração presentes na realidade atual	
O aprofundamento do pensamento crítico-reflexivo, mediante estudos científicos a partir da dimensão socioambiental, valorizando o senso de justiça, em contraposição às relações de dominação e exploração presentes na realidade atual	
O aprofundamento do pensamento crítico-reflexivo, mediante estudos científicos a partir da dimensão socioambiental, valorizando a responsabilidade da comunidade educacional, em contraposição às relações de dominação e exploração presentes na realidade atual	
O aprofundamento do pensamento crítico-reflexivo, mediante estudos socioeconômicos a partir da dimensão socioambiental, valorizando a participação, em contraposição às relações de dominação e exploração presentes na realidade atual	
O aprofundamento do pensamento crítico-reflexivo, mediante estudos socioeconômicos a partir da dimensão socioambiental, valorizando a cooperação, em contraposição às relações de dominação e exploração presentes na realidade atual	
O aprofundamento do pensamento crítico-reflexivo, mediante estudos socioeconômicos a partir da dimensão socioambiental, valorizando o senso de justiça, em contraposição às relações de dominação e exploração presentes na realidade atual	

A INSTITUIÇÃO CONTEMPLA	CONSTATAÇÃO
O aprofundamento do pensamento crítico-reflexivo, mediante estudos socioeconômicos a partir da dimensão socioambiental, valorizando a responsabilidade da comunidade educacional, em contraposição às relações de dominação e exploração presentes na realidade atual	
O aprofundamento do pensamento crítico-reflexivo, mediante estudos políticos a partir da dimensão socioambiental, valorizando a participação, em contraposição às relações de dominação e exploração presentes na realidade atual	
O aprofundamento do pensamento crítico-reflexivo, mediante estudos políticos a partir da dimensão socioambiental, valorizando a cooperação, em contraposição às relações de dominação e exploração presentes na realidade atual	
O aprofundamento do pensamento crítico-reflexivo, mediante estudos políticos a partir da dimensão socioambiental, valorizando o senso de justiça, em contraposição às relações de dominação e exploração presentes na realidade atual	
O aprofundamento do pensamento crítico-reflexivo, mediante estudos políticos a partir da dimensão socioambiental, valorizando a responsabilidade da comunidade educacional, em contraposição às relações de dominação e exploração presentes na realidade atual	
O aprofundamento do pensamento crítico-reflexivo, mediante estudos históricos a partir da dimensão socioambiental, valorizando a participação, em contraposição às relações de dominação e exploração presentes na realidade atual	
O aprofundamento do pensamento crítico-reflexivo, mediante estudos históricos a partir da dimensão socioambiental, valorizando a cooperação, em contraposição às relações de dominação e exploração presentes na realidade atual	
O aprofundamento do pensamento crítico-reflexivo, mediante estudos históricos a partir da dimensão socioambiental, valorizando o senso de justiça, em contraposição às relações de dominação e exploração presentes na realidade atual	
O aprofundamento do pensamento crítico-reflexivo, mediante estudos históricos a partir da dimensão socioambiental, valorizando a responsabilidade da comunidade educacional, em contraposição às relações de dominação e exploração presentes na realidade atual	
O incentivo à pesquisa que aprimorem a prática discente	
O incentivo à pesquisa que aprimorem a prática docente	
O incentivo à pesquisa que aprimorem a cidadania ambiental	
O incentivo à apropriação de instrumentos pedagógicos que aprimorem a prática discente	
O incentivo à apropriação de instrumentos pedagógicos que aprimorem a prática docente	
O incentivo à apropriação de instrumentos pedagógicos que aprimorem a cidadania ambiental	
O incentivo à apropriação de instrumentos metodológicos que aprimorem a prática discente	
O incentivo à apropriação de instrumentos metodológicos que aprimorem a prática docente	
O incentivo à apropriação de instrumentos metodológicos que aprimorem a cidadania ambiental	
O estímulo à constituição de instituições de ensino como espaços educadores sustentáveis, que integram proposta curricular, gestão democrática, edificações, tornando-as referências de sustentabilidade socioambiental	

A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR CONTEMPLA	CONSTATAÇÃO
A inserção dos conhecimentos concernentes a EA ocorre pela transversalidade, mediante temas com o meio ambiente	
A inserção dos conhecimentos concernentes a EA ocorre pela transversalidade, mediante temas com a sustentabilidade socioambiental	
A inserção dos conhecimentos concernentes a EA ocorre como conteúdo dos componentes já constantes do currículo	
A inserção dos conhecimentos concernentes a EA ocorre pela combinação de transversalidade e de tratamento nos componentes curriculares	

O PLANEJAMENTO CURRICULAR E DE GESTÃO DA INSTITUIÇÃO	CONSTATAÇÃO
Estimula uma visão integrada, multidimensional da área ambiental, considerando o estudo da diversidade biogeográfica e seus processos ecológicos vitais, na relação entre sociedade e meio ambiente	
Estimula uma visão integrada, multidimensional da área ambiental, considerando o estudo da diversidade biogeográfica e seus processos ecológicos vitais, na relação entre sociedade e natureza	
Estimula uma visão integrada, multidimensional da área ambiental, considerando o estudo da diversidade biogeográfica e seus processos ecológicos vitais, na relação entre sociedade e cultura	
Estimula uma visão integrada, multidimensional da área ambiental, considerando o estudo da diversidade biogeográfica e seus processos ecológicos vitais, na relação entre sociedade e ciência	
Estimula uma visão integrada, multidimensional da área ambiental, considerando o estudo da diversidade biogeográfica e seus processos ecológicos vitais, na relação entre sociedade e tecnologia	
Estimula uma visão integrada, multidimensional da área ambiental, considerando o estudo da diversidade biogeográfica e as influências políticas, na relação entre sociedade e meio ambiente	
Estimula uma visão integrada, multidimensional da área ambiental, considerando o estudo da diversidade biogeográfica e as influências políticas, na relação entre sociedade e natureza	
Estimula uma visão integrada, multidimensional da área ambiental, considerando o estudo da diversidade biogeográfica e as influências políticas, na relação entre sociedade e cultura	
Estimula uma visão integrada, multidimensional da área ambiental, considerando o estudo da diversidade biogeográfica e as influências políticas, na relação entre sociedade e ciência	
Estimula uma visão integrada, multidimensional da área ambiental, considerando o estudo da diversidade biogeográfica e as influências políticas, na relação entre sociedade e tecnologia	
Estimula uma visão integrada, multidimensional da área ambiental, considerando o estudo da diversidade biogeográfica e as influências sociais, na relação entre sociedade e meio ambiente	

O PLANEJAMENTO CURRICULAR E DE GESTÃO DA INSTITUIÇÃO	CONSTATAÇÃO
Estimula uma visão integrada, multidimensional da área ambiental, considerando o estudo da diversidade biogeográfica e as influências sociais, na relação entre sociedade e natureza	
Estimula uma visão integrada, multidimensional da área ambiental, considerando o estudo da diversidade biogeográfica e as influências sociais, na relação entre sociedade e cultura	
Estimula uma visão integrada, multidimensional da área ambiental, considerando o estudo da diversidade biogeográfica e as influências sociais, na relação entre sociedade e ciência	
Estimula uma visão integrada, multidimensional da área ambiental, considerando o estudo da diversidade biogeográfica e as influências sociais, na relação entre sociedade e tecnologia	
Estimula uma visão integrada, multidimensional da área ambiental, considerando o estudo da diversidade biogeográfica e as influências econômicas, na relação entre sociedade e meio ambiente	
Estimula uma visão integrada, multidimensional da área ambiental, considerando o estudo da diversidade biogeográfica e as influências econômicas, na relação entre sociedade e natureza	
Estimula uma visão integrada, multidimensional da área ambiental, considerando o estudo da diversidade biogeográfica e as influências econômicas, na relação entre sociedade e cultura	
Estimula uma visão integrada, multidimensional da área ambiental, considerando o estudo da diversidade biogeográfica e as influências econômicas, na relação entre sociedade e ciência	
Estimula uma visão integrada, multidimensional da área ambiental, considerando o estudo da diversidade biogeográfica e as influências econômicas, na relação entre sociedade e tecnologia	
Estimula uma visão integrada, multidimensional da área ambiental, considerando o estudo da diversidade biogeográfica e as influências psicológicas, na relação entre sociedade e meio ambiente	
Estimula uma visão integrada, multidimensional da área ambiental, considerando o estudo da diversidade biogeográfica e as influências psicológicas, na relação entre sociedade e natureza	
Estimula uma visão integrada, multidimensional da área ambiental, considerando o estudo da diversidade biogeográfica e as influências psicológicas, na relação entre sociedade e cultura	
Estimula uma visão integrada, multidimensional da área ambiental, considerando o estudo da diversidade biogeográfica e as influências psicológicas, na relação entre sociedade e ciência	
Estimula uma visão integrada, multidimensional da área ambiental, considerando o estudo da diversidade biogeográfica e as influências psicológicas, na relação entre sociedade e tecnologia	
Estimula o pensamento crítico por meio de estudos filosóficos, na ótica da sustentabilidade socioambiental, valorizando a participação	
Estimula o pensamento crítico por meio de estudos filosóficos, na ótica da sustentabilidade socioambiental, valorizando a cooperação	
Estimula o pensamento crítico por meio de estudos filosóficos, na ótica da sustentabilidade socioambiental, valorizando a ética	

O PLANEJAMENTO CURRICULAR E DE GESTÃO DA INSTITUIÇÃO	CONSTATAÇÃO
Estimula o pensamento crítico por meio de estudos científicos, na ótica da sustentabilidade socioambiental, valorizando a participação	
Estimula o pensamento crítico por meio de estudos científicos, na ótica da sustentabilidade socioambiental, valorizando a cooperação	
Estimula o pensamento crítico por meio de estudos científicos, na ótica da sustentabilidade socioambiental, valorizando a ética	
Estimula o pensamento crítico por meio de estudos socioeconômicos, na ótica da sustentabilidade socioambiental, valorizando a participação	
Estimula o pensamento crítico por meio de estudos socioeconômicos, na ótica da sustentabilidade socioambiental, valorizando a cooperação	
Estimula o pensamento crítico por meio de estudos socioeconômicos, na ótica da sustentabilidade socioambiental, valorizando a ética	
Estimula o pensamento crítico por meio de estudos políticos, na ótica da sustentabilidade socioambiental, valorizando a participação	
Estimula o pensamento crítico por meio de estudos políticos, na ótica da sustentabilidade socioambiental, valorizando a cooperação	
Estimula o pensamento crítico por meio de estudos políticos, na ótica da sustentabilidade socioambiental, valorizando a ética	
Estimula o pensamento crítico por meio de estudos históricos, na ótica da sustentabilidade socioambiental, valorizando a participação	
Estimula o pensamento crítico por meio de estudos históricos, na ótica da sustentabilidade socioambiental, valorizando a cooperação	
Estimula o pensamento crítico por meio de estudos históricos, na ótica da sustentabilidade socioambiental, valorizando a ética	
Estimula o reconhecimento da diversidade dos múltiplos saberes e olhares científicos sobre o meio ambiente, em especial de povos originários	
Estimula o reconhecimento da diversidade dos múltiplos saberes e olhares populares sobre o meio ambiente, em especial de comunidades tradicionais	
Estimula a valorização da diversidade dos múltiplos saberes e olhares científicos sobre o meio ambiente, em especial de povos originários	
Estimula a valorização da diversidade dos múltiplos saberes e olhares populares sobre o meio ambiente, em especial de comunidades tradicionais	
Estimula vivências que promovem o reconhecimento, o respeito, a responsabilidade e o convívio cuidadoso com os seres vivos e seu habitat	
Estimula a reflexão sobre as desigualdades socioeconômicas e seus impactos ambientais, que recaem principalmente sobre os grupos vulneráveis, visando à conquista da justiça ambiental	
Estimula uso das diferentes linguagens para a produção de ações e experiências coletivas de educomunicação, a qual propõe a integração da comunicação com o uso de recursos tecnológicos na aprendizagem	
Estimula uso das diferentes linguagens para a socialização de ações e experiências coletivas de educomunicação, a qual propõe a integração da comunicação com o uso de recursos tecnológicos na aprendizagem	

O PLANEJAMENTO CURRICULAR E DE GESTÃO DA INSTITUIÇÃO	CONSTATAÇÃO
Contribui com o reconhecimento da importância dos aspectos constituintes e determinantes da dinâmica da natureza, contextualizando os conhecimentos a partir da paisagem e suas interações sociais e políticas, analisando os diferentes recortes territoriais, cujas riquezas e potencialidades, usos e problemas devem ser identificados e compreendidos segundo a gênese e a dinâmica da natureza	
Contribui com o reconhecimento da importância dos aspectos constituintes e determinantes da dinâmica da natureza, contextualizando os conhecimentos a partir da paisagem e suas interações sociais e políticas, analisando os diferentes recortes territoriais, cujas riquezas e potencialidades, usos e problemas devem ser identificados e compreendidos segundo a gênese e a dinâmica das alterações provocadas pela sociedade	
Contribui com o reconhecimento da importância dos aspectos constituintes e determinantes da dinâmica da natureza, contextualizando os conhecimentos a partir da bacia hidrográfica e suas interações sociais e políticas, analisando os diferentes recortes territoriais, cujas riquezas e potencialidades, usos e problemas devem ser identificados e compreendidos segundo a gênese e a dinâmica da natureza	
Contribui com o reconhecimento da importância dos aspectos constituintes e determinantes da dinâmica da natureza, contextualizando os conhecimentos a partir da bacia hidrográfica e suas interações sociais e políticas, analisando os diferentes recortes territoriais, cujas riquezas e potencialidades, usos e problemas devem ser identificados e compreendidos segundo a gênese e a dinâmica das alterações provocadas pela sociedade	
Contribui com o reconhecimento da importância dos aspectos constituintes e determinantes da dinâmica da natureza, contextualizando os conhecimentos a partir do bioma e suas interações sociais e políticas, analisando os diferentes recortes territoriais, cujas riquezas e potencialidades, usos e problemas devem ser identificados e compreendidos segundo a gênese e a dinâmica da natureza	
Contribui com o reconhecimento da importância dos aspectos constituintes e determinantes da dinâmica da natureza, contextualizando os conhecimentos a partir do bioma e suas interações sociais e políticas, analisando os diferentes recortes territoriais, cujas riquezas e potencialidades, usos e problemas devem ser identificados e compreendidos segundo a gênese e a dinâmica das alterações provocadas pela sociedade	
Contribui com o reconhecimento da importância dos aspectos constituintes e determinantes da dinâmica da natureza, contextualizando os conhecimentos a partir do clima e suas interações sociais e políticas, analisando os diferentes recortes territoriais, cujas riquezas e potencialidades, usos e problemas devem ser identificados e compreendidos segundo a gênese e a dinâmica da natureza	
Contribui com o reconhecimento da importância dos aspectos constituintes e determinantes da dinâmica da natureza, contextualizando os conhecimentos a partir do clima e suas interações sociais e políticas, analisando os diferentes recortes territoriais, cujas riquezas e potencialidades, usos e problemas devem ser identificados e compreendidos segundo a gênese e a dinâmica das alterações provocadas pela sociedade	
Contribui com o reconhecimento da importância dos aspectos constituintes e determinantes da dinâmica da natureza, contextualizando os conhecimentos a partir dos processos geológicos e suas interações sociais e políticas, analisando os diferentes recortes territoriais, cujas riquezas e potencialidades, usos e problemas devem ser identificados e compreendidos segundo a gênese e a dinâmica da natureza	

O PLANEJAMENTO CURRICULAR E DE GESTÃO DA INSTITUIÇÃO	CONSTATAÇÃO
Contribui com o reconhecimento da importância dos aspectos constituintes e determinantes da dinâmica da natureza, contextualizando os conhecimentos a partir dos processos geológicos e suas interações sociais e políticas, analisando os diferentes recortes territoriais, cujas riquezas e potencialidades, usos e problemas devem ser identificados e compreendidos segundo a gênese e a dinâmica das alterações provocadas pela sociedade	
Contribui com o reconhecimento da importância dos aspectos constituintes e determinantes da dinâmica da natureza, contextualizando os conhecimentos a partir das ações antrópicas e suas interações sociais e políticas, analisando os diferentes recortes territoriais, cujas riquezas e potencialidades, usos e problemas devem ser identificados e compreendidos segundo a gênese e a dinâmica da natureza	
Contribui com o reconhecimento da importância dos aspectos constituintes e determinantes da dinâmica da natureza, contextualizando os conhecimentos a partir das ações antrópicas e suas interações sociais e políticas, analisando os diferentes recortes territoriais, cujas riquezas e potencialidades, usos e problemas devem ser identificados e compreendidos segundo a gênese e a dinâmica das alterações provocadas pela sociedade	
Contribui com a revisão de práticas escolares fragmentadas buscando construir outras práticas que considerem a interferência do ambiente na qualidade de vida das sociedades humanas na dimensão local	
Contribui com a revisão de práticas escolares fragmentadas buscando construir outras práticas que considerem a interferência do ambiente na qualidade de vida das sociedades humanas na dimensão regional	
Contribui com a revisão de práticas escolares fragmentadas buscando construir outras práticas que considerem a interferência do ambiente na qualidade de vida das sociedades humanas na dimensão planetária	
Contribui com o estabelecimento das relações entre as mudanças do clima e o atual modelo de produção, visando à prevenção de desastres ambientais e à proteção das comunidades	
Contribui com o estabelecimento das relações entre as mudanças do clima e o atual modelo de consumo, visando à prevenção de desastres ambientais e à proteção das comunidades	
Contribui com a promoção do cuidado com as diversas formas de vida, do respeito às pessoas, culturas e comunidades	
Contribui com a promoção da responsabilidade com as diversas formas de vida, do respeito às pessoas, culturas e comunidades	
Contribui com a valorização dos conhecimentos referentes à saúde ambiental, inclusive no meio ambiente de trabalho, com ênfase na promoção da saúde para melhoria da qualidade de vida	
Contribui com a construção da cidadania planetária a partir da perspectiva crítica e transformadora dos desafios ambientais a serem enfrentados pelas atuais e futuras gerações	
Promove a observação da natureza e de seus sistemas de funcionamento para possibilitar a descoberta de como as formas de vida relacionam-se entre si e os ciclos naturais interligam-se e integram-se uns aos outros	

O PLANEJAMENTO CURRICULAR E DE GESTÃO DA INSTITUIÇÃO	CONSTATAÇÃO
Promove o estudo da natureza e de seus sistemas de funcionamento para possibilitar a descoberta de como as formas de vida relacionam-se entre si e os ciclos naturais interligam-se e integram-se uns aos outros	
Promove ações pedagógicas que permitam aos sujeitos a compreensão crítica da dimensão ética e política das questões socioambientais, situadas na esfera individual	
Promove ações pedagógicas que permitam aos sujeitos a compreensão crítica da dimensão ética e política das questões socioambientais, situadas na esfera pública	
Promove projetos e atividades, inclusive artísticas e lúdicas, que valorizem o sentido de pertencimento dos seres humanos à natureza, inclusive desenvolvidas em espaços nos quais os estudantes se identifiquem como integrantes da natureza, estimulando a percepção do meio ambiente como fundamental para o exercício da cidadania	
Promove projetos e atividades, inclusive artísticas e lúdicas, que valorizem o sentido de pertencimento dos seres humanos à diversidade dos seres vivos, inclusive desenvolvidas em espaços nos quais os estudantes se identifiquem como integrantes da natureza, estimulando a percepção do meio ambiente como fundamental para o exercício da cidadania	
Promove projetos e atividades, inclusive artísticas e lúdicas, que valorizem o sentido de pertencimento dos seres humanos as diferentes culturas locais, inclusive desenvolvidas em espaços nos quais os estudantes se identifiquem como integrantes da natureza, estimulando a percepção do meio ambiente como fundamental para o exercício da cidadania	
Promove projetos e atividades, inclusive artísticas e lúdicas, que valorizem o sentido de pertencimento dos seres humanos a tradição oral, inclusive desenvolvidas em espaços nos quais os estudantes se identifiquem como integrantes da natureza, estimulando a percepção do meio ambiente como fundamental para o exercício da cidadania	
Promove experiências que contemplem a produção de conhecimentos científicos, socioambientalmente responsáveis, a interação e o conhecimento da sociobiodiversidade	
Promove experiências que contemplem a produção de conhecimentos científicos, socioambientalmente responsáveis, a interação e o conhecimento da sustentabilidade da vida na Terra	
Promove experiências que contemplem a produção de conhecimentos científicos, socioambientalmente responsáveis, o cuidado e o conhecimento da sociobiodiversidade	
Promove experiências que contemplem a produção de conhecimentos científicos, socioambientalmente responsáveis, o cuidado e o conhecimento da sustentabilidade da vida na Terra	
Promove experiências que contemplem a produção de conhecimentos científicos, socioambientalmente responsáveis, a preservação e o conhecimento da sociobiodiversidade	
Promove experiências que contemplem a produção de conhecimentos científicos, socioambientalmente responsáveis, a preservação e o conhecimento da sustentabilidade da vida na Terra	

O PLANEJAMENTO CURRICULAR E DE GESTÃO DA INSTITUIÇÃO	CONSTATAÇÃO
Promove trabalho de atuação coletiva favoráveis à promoção de educação entre pares, para participação no planejamento, execução, avaliação e gestão de projetos de intervenção e ações de sustentabilidade socioambiental na instituição educacional, com foco na prevenção de riscos ao meio ambiente e da saúde humana e na construção de sociedades sustentáveis	
Promove trabalho de atuação coletiva favoráveis à promoção de educação entre pares, para participação no planejamento, execução, avaliação e gestão de projetos de intervenção e ações de sustentabilidade socioambiental na instituição educacional, com foco na proteção do meio ambiente e da saúde humana e na construção de sociedades sustentáveis	
Promove trabalho de atuação coletiva favoráveis à promoção de educação entre pares, para participação no planejamento, execução, avaliação e gestão de projetos de intervenção e ações de sustentabilidade socioambiental na instituição educacional, com foco na preservação do meio ambiente e da saúde humana e na construção de sociedades sustentáveis	
Promove trabalho de atuação coletiva favoráveis à promoção de educação entre pares, para participação para participação no planejamento, execução, avaliação e gestão de projetos de intervenção e ações de sustentabilidade socioambiental na comunidade, com foco na prevenção de riscos ao meio ambiente e da saúde humana e na construção de sociedades sustentáveis	
Promove trabalho de atuação coletiva favoráveis à promoção de educação entre pares, p para participação no planejamento, execução, avaliação e gestão de projetos de intervenção e ações de sustentabilidade socioambiental na comunidade, com foco na proteção do meio ambiente e da saúde humana e na construção de sociedades sustentáveis	
Promove trabalho de atuação coletiva favoráveis à promoção de educação entre pares, para participação no planejamento, execução, avaliação e gestão de projetos de intervenção e ações de sustentabilidade socioambiental na comunidade, com foco na preservação do meio ambiente e da saúde humana e na construção de sociedades sustentáveis	